



IX Simpósio Nacional de História Cultural  
**Culturas – Artes – Políticas: Utopias e distopias do mundo contemporâneo**  
**1968 – 50 ANOS DEPOIS**  
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT  
Cuiabá – MT  
26 a 30 de Novembro de 2018

**CHARGES NO *JORNAL SEM TERRA*: PRODUZINDO RISOS E REPRESENTAÇÕES**

Fabiano Coelho<sup>1</sup>

A historiografia brasileira, em diálogo com a historiografia internacional (sobretudo, francesa, alemã, inglesa, estadunidense e italiana) desenvolveu-se significativamente nas últimas quatro décadas. Os campos e os domínios da História se multiplicaram e, conseqüentemente, os desafios cresceram e se tornaram mais complexos<sup>2</sup>. A denominada História Cultural<sup>3</sup> contribuiu sobremaneira para alargar as visões e maneiras de fazer história, pois como bem salientou Ronaldo Vainfas, tal campo trata-se de uma história plural “apresentando caminhos alternativos para a investigação

---

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Docente dos cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em História da UFGD.

<sup>2</sup> Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997; CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

<sup>3</sup> Sobre História Cultural, ver: CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990; BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005; \_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 127-162; PESAVENTO, Sandra Jatáhy. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

histórica, do que resulta, muitas vezes, uma série de desacertos e incongruências [...]” (1997, p. 149).

Dentre os desafios que permeiam o ofício do historiador na contemporaneidade está o tratamento de fontes variadas. Os documentos oficiais, tradicional “mel” dos historiadores da do século XIX, não são mais exclusividade na escrita histórica. Todas as evidências humanas, materiais e/ou imateriais, são fontes/documentos importantes para o profissional da História. Conforme Sandra Jathay Pesavento, “os exemplos são muitos, pois fontes são marcas que foi, são traços, cacos, fragmentos, registros, vestígios do passado que chegam até nós, revelados como documento pelas indagações trazidas pela História” (PESAVENTO, 2004, p. 98). Se as fontes são diversas, logo, ampliaram-se as formas de conceber e analisar tais fontes. No processo de escrita de um texto histórico, algo essencial é a “habilidade” do historiador em utilizar suas fontes, sejam elas documentos escritos ou quaisquer evidências de experiências humanas. A qualidade do texto histórico depende fundamentalmente do manuseio e do diálogo do pesquisador com suas fontes/documentos.

O texto, ora apresentado, advém da apresentação de trabalho (comunicação oral) no *IX Simpósio Nacional de História Cultural – “Culturas – Artes – Políticas / utopias e distopias do mundo contemporâneo: 1968 – 50 anos depois”*, realizado entre os dias 26 e 30 de novembro de 2018 na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), em Cuiabá. O objetivo deste trabalho é refletir sobre a produção de charges no *Jornal Sem Terra*. Chama-se a atenção que as charges são evidências significativas no estudo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e dos processos históricos que envolveram a luta pela terra no Brasil<sup>4</sup>.

Para as reflexões, além de referências bibliográficas, utilizam-se entrevistas realizadas com os editores do *Jornal Sem Terra* (especificamente as entrevistas produzidas com os seguintes editores e editoras: Débora Lerrer, Cristiani Gomes e Igor Felipe Santos). A realização de entrevistas teve como objetivo entender a produção do *Jornal Sem Terra* – a dinâmica e as tensões que a envolviam – e o papel da Direção Nacional do MST na produção.

---

<sup>4</sup> O texto se insere em um projeto de pesquisa mais amplo, intitulado *Entre Charges e Representações: MST e Jornal Sem Terra*, cadastrado na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal da Grande Dourados (PROPP/UGD).

O *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*, mais conhecido como *Jornal Sem Terra*, é um periódico produzido pelo MST, e sua edição é ininterrupta desde 1984. Todavia, o jornal começou a ser editado antes mesmo da organização do MST<sup>5</sup>, em 1981, no formato de boletim, com o nome de *Boletim Sem Terra*. Sua produção ocorria em Porto Alegre/RS e os responsáveis por sua organização foram a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Pastoral Universitária de Porto Alegre/RS, e o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul. O periódico (*Boletim Sem Terra / Jornal Sem Terra*) é uma fonte significativa para compreender os caminhos e os descaminhos do MST, suas lutas, seus projetos, seus ideais e sua participação na sociedade brasileira<sup>6</sup>.

A Direção Nacional do MST concebe o *Jornal Sem Terra* como um “instrumento político de luta”, que deve estar a “serviço” da sua organização. No “jogo político” (BOURDIEU, 2006, p. 169) em que o Movimento<sup>7</sup> participa, o jornal é um instrumento relevante para construir representações<sup>8</sup> sobre diversas e distintas questões que envolvem a organização e seus integrantes.

Na composição do *Jornal Sem Terra*, os editores responsáveis se utilizavam do humor gráfico, em especial, de charges, junto aos textos/notícias, sobretudo nos editoriais. As charges eram pensadas e produzidas de forma articulada com os textos escritos no

<sup>5</sup> O MST foi criado “oficialmente” em janeiro de 1984, no transcorrer de um encontro de trabalhadores rurais em Curitiba/PR. Contudo, a literatura sobre o Movimento indica que sua organização estava sendo gestada em fins da década de 1970, com a articulação de lideranças de trabalhadores rurais sem-terra de diversos estados do país. O Movimento desenvolveu uma organização dinâmica, com práticas peculiares e fomentou instrumentos políticos para auxiliar em suas lutas. Um dos instrumentos políticos do MST é o *Jornal Sem Terra*. Sobre a historicidade do MST, ver: FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000; CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010; COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

<sup>6</sup> Para a compreensão da historicidade do *Jornal Sem Terra*, ver: PERLI, Fernando. **Sem Terra: de boletim a tabloide**. Um estudo do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002; \_\_\_\_\_. **A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação** – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001). 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis; BEZERRA, Antonio Alves. **O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001**. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

<sup>7</sup> Quando se escreve Movimento com “maiúsculo” refere-se ao MST.

<sup>8</sup> Ao utilizar o conceito *representação* apropria-se das ideais de Roger Chartier (1990). Assim, representações são construções sociais da realidade, em que os sujeitos fundamentam suas visões de mundo a partir dos seus interesses, e de seu grupo. Desta forma, os sujeitos e o grupo ao qual pertencem criam representações de si mesmos e de outros grupos, fundamentando e legitimando suas visões de mundo sobre as experiências históricas.

jornal, e visavam construir representações sobre temas, sujeitos e grupos escolhidos pelo MST. O Movimento investiu na publicação de charges entre os textos do *Jornal Sem Terra*. As charges não foram publicadas aleatoriamente no jornal, ou que seu discurso imagético estava desconexo com as representações que o MST almejava expressar. As charges, como elementos discursivos, tinham relevância no jornal, na medida em que os seus traços construía representações que interessavam à Direção Nacional do Movimento.

Os editoriais eram espaços privilegiados para a publicação das charges. As charges não estavam deslocadas das representações construídas pelos discursos escritos. Muito pelo contrário, elas carregavam representações que iam ao encontro do que estava escrito nos editoriais e, de maneira geral, em notícias e artigos que faziam parte do jornal. A seção “Editorial” era um espaço exclusivo da Direção Nacional do MST, que a utiliza para falar em nome do Movimento. Por meio dos editoriais, a Direção Nacional se posicionava e expressava representações sobre diversos assuntos, os quais, sua maioria, eram direcionadas às políticas e ações dos governos brasileiros.

Débora Lerrer, em entrevista, enfatizou que os editoriais “sempre foram”<sup>9</sup> escritos por algum representante da Direção Nacional. Nessa direção, o editor do periódico Igor Felipe Santos, narrou que “o editorial é a mensagem política do MST. É a mensagem que nós queremos que a nossa militância receba e que isso vai contribuir na sua ação política. Então, a responsabilidade do editorial é da Direção Nacional do MST”<sup>10</sup>. Os editoriais refletem as concepções políticas e ideológicas da Direção Nacional do Movimento.

Quem eram os profissionais que produziam as charges para o *Jornal Sem Terra*? As charges eram produzidas por profissionais considerados “amigos do MST”, mas com graus distintos de simpatia e participação nas lutas do Movimento. Isto é, eram profissionais que colaboravam, mas antes de tudo havia uma relação profissional, inclusive, recebiam pelos trabalhos. Existiam algumas colaborações esporádicas de ilustradores que integravam o corpo de militantes do MST, porém, muitas charges não eram assinadas, o que dificulta o trabalho de identificação dos chargistas.

---

<sup>9</sup> Débora Franco Lerrer. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

<sup>10</sup> Igor Felipe Santos. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

Folheando o periódico, nota-se que os nomes mais recorrentes nas charges, em publicações do jornal a partir do ano de 1984, eram os de Celso Schoreder (1984-1985), Corvo (1984-1985), Vilachã (1985), Bira (1985-1987), Falkon (1987), Brito (1987-1989), Rubens (1987-1988), Elda Broilo (1989), Hércules (1991-1993), Luiz Carlos dos Santos “Luscar” (1993-2002), José Alberto Lovreto “JAL” (1993-1995), Gilberto Maringoni (2002) e Márcio Baraldi (1998-2007). Observa-se a diversidade dos colaboradores. Não é possível dizer que todos tinham um compromisso ideológico com o MST, mas, por algum motivo, mesmo financeiro, os levaram a colaborar com a elaboração das edições do *Jornal Sem Terra*.

Com a intenção de valorizar o periódico e as charges, compartilham-se algumas imagens publicadas:

**Imagem 1:** Qual é o jeito, Zé?



**Fonte:** *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1987, ano VI, n. 65, p. 2.

**Chargista:** sem identificação.

Imagem 2: Ninguém acredita nesse governo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1988, ano VII, n. 72, p. 3.  
Chargista: Britos

Imagem 3: Para acabar com a violência no campo



Fonte: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1995, ano XIV, n. 151, p. 2.  
Chargista: Marcio Baraldi



As charges publicadas no *Jornal Sem Terra* referiam-se a diversas temáticas, sobretudo, das políticas no Brasil. Os governos e os presidentes brasileiros foram “alvos” constantes nas publicações, como se pode observar nas imagens apresentadas. A narrativa de Cristiane vai ao encontro do que outros editores entrevistados disseram e permite compreender o processo e a dinâmica de produção das charges para o jornal:

Acho que era bem importante, tanto que o editorial era produzido, eu mandava o texto pro Baraldi e aí ele pegava e fazia. Às vezes acontecia de falar: “ah, Baraldi ficou meio assim, vamos fazer outra, será que não rola uma outra coisa, eu pensei assim e assado”. A gente trocava umas ideias, ou não, às vezes já era, porque às vezes a charge chegava 10 horas da noite, no fechamento do jornal. Mas, acho que é bem importante a presença da ilustração, da charge<sup>11</sup>.

A publicação das charges tinham o aval dos editores e da Direção Nacional do MST. Nessa perspectiva, elas estavam de acordo com aquilo que a organização do Movimento queria representar aos seus integrantes. O MST dava “o tom” político da charge. As charges nem sempre são produzidas sob a ótica do desenhista/ilustrador/chargista, mas também sob a ótica do grupo ligado ao periódico em que é publicada. Entender a produção das charges e seus autores/as são elementos relevantes/fundamentais para compreender a charge enquanto fonte histórica. A charge é fonte importante para analisar experiências de grupos, haja vista que sua produção é marcada por acontecimentos históricos de determinada época, inserida nas relações sociais, políticas, econômicas e/ou culturais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

### Entrevistas:

**Cristiane Gomes.** Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

**Débora Franco Lerrer.** Entrevista concedida a Fabiano Coelho. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro/RJ, 2012.

**Igor Felipe Santos.** Entrevista concedida a Fabiano Coelho. Secretaria Nacional do MST. São Paulo/SP, 2012.

---

<sup>11</sup> Cristiane Gomes. Entrevista concedida a Fabiano Coelho. São Paulo/SP, 2012.

**Imagens:**

**Imagem 1:** Qual é o jeito, Zé? In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, agosto de 1987, ano VI, n. 65, p. 2.

**Imagem 2:** Ninguém acredita nesse governo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 1988, ano VII, n. 72, p. 3.

**Imagem 3:** Para acabar com a violência no campo. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, setembro de 1995, ano XIV, n. 151, p. 2.

**Imagem 4:** Balanço da Reforma Agrária. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, dezembro de 1997 e janeiro de 1998, ano XVI, n. 175, p. 2.

**Imagem 5:** A macroeconomia de Lula. In: *Jornal Sem Terra*. São Paulo, abril de 2005, ano XXIII, n. 250, p. 3.

**Bibliografia**

BEZERRA, Antonio Alves. **O Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus Temas: 1981-2001**. 2011. 312 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Variedades de História Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

\_\_\_\_\_. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a Desigualdade Social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. 297 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas, UNICAMP.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

PERLI, Fernando. **Sem Terra: de boletim a tabloide**. Um estudo do *Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. Entre a solidariedade e a representação (1983 – 1987). 2002. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2002.

\_\_\_\_\_. **A Luta Divulgada: um Movimento em (in)formação** – estratégias, representações e política de comunicação do MST (1981-2001). 2007. 333 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 127-162.